DP WORLD
Santos

EMBRAPORT - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.

CNPJ/MF Nº 02.805.610/0001-98

Relatório da Administração

Senhores Conselheiros,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração da Embraport - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. ("DP World Santos" ou "Companhia"), relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Mensagem da Administração

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,1% em 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi o desempenho mais fraco em 3 anos, com o resultado afetado principalmente pela perda de ritmo do consumo das famílias e dos investimentos privados, totalizando R$ 7,3 trilhões em 2019. Foi a 3ª alta anual consecutiva após 2 anos de retração, mas a recuperação lenta ainda mantém a economia do país abaixo do patamar pré-recessão. Já o PIB per capita (por habitante) teve alta de apenas 0,3% em termos reais em 2019, alcançando R$ 34.533 em 2019. Seguem os principais índices que compuseram o PIB em 2019:

Serviços:	1,3%
Indústria:	0,5%
Agropecuária:	1,3%
Consumo das famílias:	1,8%
Consumo do governo:	-0,4%
Investimentos:	2,2%
Construção civil:	1,6%
Exportação:	-2,5%
Importação:	1,1%

O crescimento da economia em 2019 foi mais uma vez sustentado pelo consumo das famílias, mas o ritmo de recuperação do consumo desacelerou 1,8%, após avanços de 2% em 2017 e 2,1% em 2018. Foi o resultado mais fraco desde 2016, diante da baixa confiança e do mercado de trabalho ainda frágil. Os investimentos tiveram uma desaceleração mais forte, registrando uma alta de 2,2% no ano passado, após um salto de 3,9% em 2018 e queda de 2,6% em 2017. Já a despesa de consumo do governo caiu 0,4%, em meio ao rombo das contas públicas e dificuldades orçamentárias. A taxa de investimento em 2019 foi de 15,4% do PIB, acima do observado em 2018 (15,2%), mas ainda bem abaixo do patamar acima de 21% registrado em 2013. Já a taxa de poupança caiu para 12,2%, ante 12,4% em 2018. No setor de serviços, as atividades que registraram maior avanço no ano foram: informação e comunicação (4,1%) – maior taxa de crescimento entre todos os componentes do PIB –, atividades imobiliárias (2,3%) e comércio (1,8%). No 4º trimestre, o PIB cresceu 0,5% na comparação com o trimestre anterior, o que representa uma desaceleração frente ao avanço de 0,6% registrado no 3º trimestre. Na comparação com o 4º trimestre de 2018, houve alta de 1,7%, o 12º resultado positivo consecutivo. A indústria e os serviços apresentaram variação positiva de 0,2% e 0,6%, respectivamente, na comparação com o 3º trimestre, enquanto a agropecuária caiu 0,4%. Do lado da demanda, o consumo das famílias desacelerou para um avanço de 0,5% (ante 0,7% no 3º trimestre), enquanto os investimentos caíram 3,3%, interrompendo 2 trimestres seguidos de altas. Já a despesa do governo cresceu 0,4% em relação ao trimestre imediatamente anterior. Na agropecuária, o crescimento foi puxado pelo cultivo de milho (23,6%), algodão (39,8%), laranja (5,6%) e feijão (2,2%). Neste cenário, a Companhia manteve-se capaz de oferecer aos seus clientes uma maior gama de produtos/serviços, não somente focados em contêineres. O EBITDA da Companhia foi de R$ 46 milhões no período (47% abaixo de 2018), com margem EBITDA de 16%. Este resultado foi devido a reestruturação dos serviços da Ásia que escalavam no Porto de Santos quando o serviço marítimo VSA2 (Ásia) que operava na DP WORLD SANTOS foi extinto. Tal reestruturação deve-se às exigências impostas pelo Ministério do Comércio (MOFCOM) da China para a aprovação da aquisição da HAMBURG SUD pela MAERSK LINE. A DP WORLD SANTOS que teve, em 2018, média mensal de 53.8 mil TEUs, com essa restruturação caiu para 31 mil TEUs durante o período entre os meses de fevereiro e maio de 2019. Durante todo o segundo semestre de 2018 foram conduzidas negociações com armadores, especialmente com CMA CGM, para a transferência de seus serviços da LIBRA TERMINAIS para a DP WORLD SANTOS. De fevereiro a abril de 2019, a média de movimentação mensal foi reduzida para 31k TEUs, período entre a dissolução do serviço VSA2 e entrada dos novos serviços ESA/ASAS, BRAZEX e SAMWAF.

Receita Bruta (em milhares de R$)	2019	*2018*	∆%
Movimentação	113.904	119.929	-5%
Armazenagem	94.705	119.443	-21%
Outras receitas	118.656	110.809	7%
Receita bruta total	327.265	350.181	-7%

Os custos e despesas administrativas da Companhia, excluindo os efeitos da depreciação, tiveram um aumento de 5%, composto da seguinte forma:

Custos e despesas administrativas (em milhares de R$)	2019	2018	∆%
Custos (sem depreciação)	168.256	162.396	4%
Despesas administrativas (sem depreciação)	66.751	61.875	8%
Total dos custos e despesas	235.007	224.271	5%

Os investimentos recuaram 32% em 2019, para R$ 26 milhões, quando comparados com o mesmo período do ano anterior (com R$ 39 milhões em investimentos). A DP World Santos encerrou o ano com prejuízo aproximado de R$ 257 milhões, enquanto no mesmo período do ano anterior o prejuízo foi de R$ 374 milhões. Um dos fatores que contribuíram para o prejuízo de R$ 257 milhões foi a alta do dólar. A previsão do mercado no boletim Focus do início do ano era que a moeda norte-americana chegasse ao final de 2019 cotada ao redor de R$ 3,80, próxima ao patamar do encerramento de 2018, que foi de 3,87, porém no decorrer do ano o dólar disparou e em novembro bateu recordes nominais sucessivos, fechando o ano cotada a 4,03. Partindo do EBITDA de 46 milhões, os maiores impactos para a prejuízo de R$ 257 milhões são apresentados conforme tabela abaixo:

EBITDA	45.758
Juros sobre empréstimos	-146.457
Variação Cambial	-63.636
Depreciação/ Amortização	-43.334
IRPJ/ CSLL Diferido	-34.489
Outras Despesas/ Receitas Financeiras	-15.630
Prejuízo do exercício	**-257.788**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

ATIVO	**2019**	**2018**
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa (Nota no 5)	14.192	27.641
Contas a receber (Nota nº 6)	44.857	51.315
Tributos a recuperar (Nota nº 7)	24.906	25.278
Adiantamentos e outros créditos	3.366	8.603
Estoques	12.136	10.445
Despesas antecipadas	4.374	2.069
	103.831	**125.351**
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8 (a))	98.345	132.833
Depósitos judiciais	951	538
Tributos a recuperar (Nota nº 7)	35.150	41.378
	134.446	174.749
Imobilizado (Nota nº 9)	1.239.550	1.255.793
Intangível (Nota nº 10)	17.118	17.586
	1.256.668	1.273.379
	1.391.114	**1.448.128**
Total do ativo	**1.494.945**	**1.573.479**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2019**	**2018**
Circulante		
Fornecedores (Nota nº 11)	156.399	130.621
Empréstimos e financiamentos (Nota nº 12)	5.274	5.200
Impostos e contribuições a recolher	47.359	36.543
Salários e férias a pagar	21.060	16.909
Provisão para contingência (Nota nº 15)	2.341	1.423
Outras obrigações	1	-
	232.434	**190.696**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota nº 12)	2.294.849	2.183.292
	2.294.849	**2.183.292**
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto) (Nota nº 14)		
Capital social (Nota nº 14(a))	311.357	285.398
Reserva de capital	352.922	352.922
Reserva especial de ágio (Nota nº 8)	344.888	344.888
Reserva legal	1.493	1.493
Prejuízos acumulados	(2.042.998)	(1.785.210)
	(1.032.338)	**(800.509)**
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**1.494.945**	**1.573.479**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	**2018**
Operações em continuidade		
Receita líquida dos serviços prestados (Nota no 16)	280.765	311.203
Custo dos serviços prestados (Nota nº 17)	(205.004)	(212.559)
Lucro (prejuízo) bruto	**75.761**	**98.644**
Despesas gerais e administrativas (Nota nº 18)	(73.337)	(68.156)
Resultado operacional	**2.424**	**30.488**
Receitas financeiras (Nota nº 19)	365.673	284.279
Despesas financeiras (Nota nº 19)	(591.396)	(654.162)
Despesas financeiras líquidas	**(225.723)**	**(369.883)**
Resultado antes dos impostos	**(223.299)**	**(339.395)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota nº 8 (c))	(34.489)	(34.490)
Prejuízo do exercício	**(257.788)**	**(373.885)**
Prejuízo por ação, básico e diluído, do exercício (Expresso em R$ por ação)	**(0,83)**	**(1,310)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	**2018**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(223.299)**	**(339.395)**
Ajustes:		
Juros e variações monetárias	225.723	369.883
Depreciação e amortização	43.334	56.440
	45.758	86.928
Variação de ativos e passivos		
Impostos a recuperar	6.600	12.482
Despesas antecipadas	(2.305)	2.777
Adiantamentos a fornecedores	5.237	(4.530)
Contas a receber	6.458	(14.331)
Estoques	(1.691)	(236)
Outros ativos	(413)	(353)
Fornecedores	25.778	26.797
Impostos e contribuições a recolher	10.816	12.552
Salários e férias a pagar	4.151	399
Outras contas a pagar	919	(1.306)
Caixa gerado nas operações	101.308	121.179
Juros pagos	(94.563)	(118.466)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**6.745**	**2.713**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(21.382)	(32.336)
Aquisição de ativo intangível	(5.241)	(6.740)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(26.623)**	**(39.076)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Efeito de variação cambial líquido	(19.530)	-
Integralização de capital	25.959	6.647
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**6.429**	**6.647**
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	**(13.449)**	**(29.716)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**27.641**	**57.357**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**14.192**	**27.641**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido (passivo a descoberto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total (passivo a descoberto)
Em 1º de janeiro de 2018	**278.751**	**697.810**	**1.493**	**(1.411.325)**	**(433.271)**
Aumento de capital	6.647	-	-	-	6.647
Prejuízo do exercício	-	-	-	(373.885)	(373.885)
Em 31 de dezembro de 2018	**285.398**	**697.810**	**1.493**	**(1.785.210)**	**(800.509)**
Aumento de capital	25.959	-	-	-	25.959
Prejuízo do exercício	-	-	-	(257.788)	(257.788)
Em 31 de dezembro de 2019	**311.357**	**697.810**	**1.493**	**(2.042.998)**	**(1.032.338)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais: A Embraport - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. ("Embraport" ou "Companhia"), com sede na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, tem por objeto social a exploração de terminais portuários e ou retro-portuários no Município de Santos e na sua área de influência. A emissão dessas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 13 de março de 2020. A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no exercício no valor de R$ 128.603 em 31 de dezembro de 2019 (2018 - R$ 65.345), bem como prejuízo de R$ 257.788 em 31 de dezembro de 2019 (2018 - R$ 373.885). A atual posição financeira da Companhia reflete a lenta recuperação da economia brasileira. Os principais planos da Administração para reverter a condição atual incluem: fortalecimento da estratégia de busca de novos clientes tanto armadores como importadores e exportadores, diversificação de cargas, melhorar a eficiência do terminal reduzindo custo e buscar novos parceiros para utilização de área disponível dentro do terminal. A Administração da Companhia entende que os planos serão suficientes para fomentar crescimento na receita e reestabelecer o equilíbrio patrimonial e financeiro. A DP World, Grupo do qual a Companhia faz parte, possui programas de integridade (compliance) que vêm sendo atualizados e implementados em todas as suas controladas e são obrigatoriamente aprimorados em atenção às melhores práticas, bem como serão implementadas ações, medidas e iniciativas adicionais de ética, integridade e transparência. A Administração da Companhia adota medidas para o aperfeiçoamento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de manter a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas de governança. Esse Sistema de Conformidade inclui: **(i)** a implementação do Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração; **(ii)** a operação do Canal "Linha de Ética" disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral; **(iii)** o funcionamento do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e **(iv)** o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção. **2. Resumo das principais políticas contábeis**: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação**: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma. A Administração avaliou a habilidade e capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota nº 3. **2.2. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis da Companhia estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas dessas transações são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, fornecedores e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, respectivamente. **2.3. Instrumentos financeiros**: A Companhia adotou inicialmente o CPC 48/IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data de aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2018 não foi reapresentada e, dessa forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com as normas anteriormente vigentes. O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48/IFRS 9 não teve efeito nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos passivos financeiros. **Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurado ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da forma pela qual a Companhia administra seus ativos financeiros, bem como nas características dos fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros são mensurados como ativo circulante, exceto aqueles com o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa**: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Contas a receber**: As contas a receber de clientes correspondem aos valores das vendas de serviços no decurso normal da atividade da Companhia e estão registradas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, mensuradas pelo custo de amortização com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para perda esperada de créditos (*impairment*) é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da perda esperada pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes. **2.6. Estoques**: Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. **2.7. Imobilizado**: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A Administração da Companhia contratou empresa especializada para avaliar a vida útil e vida útil remanescente dos itens do ativo fixo, e após a emissão do laudo técnico o prazo de vida útil dos bens ficou da seguinte forma:

	2018	**2019**
Edificações	25	50
Instalações	10 a 25	5 a 50
Máquinas e equipamentos	30 a 20	5 a 30
Móveis e utensílios e equipamentos	10	10
Computadores periféricos	5	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5	5
Segurança patrimonial	10	10

Por se tratar de alteração na estimativa contábil quanto à vida útil dos ativos, a alteração foi feita de forma prospectiva nas demonstrações contábeis em atendimento ao CPC 23 - "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro". Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.8. Intangível** : Representado por softwares e licenças adquiridas de programas de computador, que são capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil contratual de 05 anos. Licença de operação que está sendo amortizada desde o efetivo início das operações. **2.9. *Impairment* de ativos não financeiros**: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. No exercício, a Administração efetuou análise de *impairment* e não resultou em necessidade de provisão. **2.10. Fornecedores**: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 01 ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo que em geral se aproxima do valor nominal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.11. Empréstimos e financiamentos**: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.13. Benefícios a empregados**: **(a) Plano de pensão**: A Companhia mantém convênio de adesão com a Vexty (antiga Odeprev Odebrecht Previdência), entidade fechada de previdência privada. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. Em relação ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação, nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 montaram a R$ 948 (R$ 719 em 31 de dezembro de 2018). **(b) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui provisão no montante de R$ 8.088. **2.14. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**: O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, aprovados pelo CPC: • **IFRS 16/CPC 06 (R2):** estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 - "Operações de arrendamento mercantil" e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27. A Administração da Companhia concluiu que não existem contratos de arrendamentos operacionais elegíveis para aplicação da referida norma contábil (terrenos, veículos, máquinas, equipamentos e outros), na qualidade de arrendatária, já que ela não possui contratos de arrendamento como arrendadora nem contratos de arrendamento financeiro como arrendatária. • **IFRIC 23/ICPC 22:** esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos dos tributos sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019. A Administração da Companhia concluiu que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, conforme divulgados na Nota n° 15, são considerados pela Administração da Companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais "provável que não" de sustentação nas esferas judiciais. **Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir: • **CPC 00 (R2):** A segunda revisão do CPC 00, traz novos conceitos sobre a apresentação, mensuração e divulgação, além de atualizar a definição de ativos e passivos e bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos nas demonstrações financeiras. • **Alterações na IAS 1 e IAS 8:** Altera a definição de "material" de forma a estabelecer que uma informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários primários das demonstrações contábeis. As alterações são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020, sendo permitida a adoção antecipada. **2.15. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor puder ser estimado com segurança. **2.16. Capital social**: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. **2.17. Reconhecimento de receita**: **(a) Receita de serviços:** A Companhia adota o CPC 47/IFRS 15 - "Receitas de contratos com clientes para fins de reconhecimento da receita de prestação de serviços". O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. As receitas da Companhia são provenientes das operações de movimentações de contêineres e armazenagem. Esses serviços são prestados com base na quantidade de movimentações realizadas e no tempo incorrido de armazenagem. Os preços são determinados em acordos comerciais. A receita é reconhecida no período em que os serviços são prestados. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. A Administração da Companhia estima que os resultados futuros sejam suficientes para recuperação do crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos apresentados no balanço de 31 de dezembro de 2019, em função das ações que vem sendo tomadas para fomentar o desenvolvimento de novos projetos geradores de benefício econômico em complemento às atividades já existentes, conforme detalhamento na Nota nº 8 (b). **(b) Vida útil de ativos:** A Companhia reconhece a depreciação e a amortização de seus ativos de longa duração com base na estimativa de vida útil dos bens definida pelos técnicos da Companhia. Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem a planta da Companhia são as informações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, o volume de operação das plantas, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro**: A Administração dos riscos associados das operações financeiras é feita mediante a aplicação de estratégias definidas pela diretoria financeira da Companhia. Essas diretrizes têm por fim a mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa bem como os limites de exposição que a Companhia tolera. Para tanto, todas as operações financeiras realizadas devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação. As exposições a riscos financeiros relevantes são as advindas dos passivos financeiros, representados pelos financiamentos de longo prazo contratado junto à Caixa Econômica Federal (CEF), e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (e suas ações complementares), das aplicações financeiras e do risco de crédito representados pelo fluxo de clientes da Companhia. Conforme cláusula contratual e obedecendo a melhor das práticas contábeis, o valor da dívida está classificado no passivo circulante e no passivo não circulante a depender do prazo de exigibilidade (Nota nº 12). **(a) Risco de mercado: (i) Risco de taxa de câmbio:** Na Companhia o risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio no valor das mercadorias de importação e exportação armazenadas, trazendo variações ao fluxo de recebimento da Companhia, bem como na exposição advinda do financiamento contratado com o BID, além de outros ativos e passivos em moeda estrangeira. A Companhia está utilizando seus recebimentos em dólar para se proteger dos efeitos da variação cambial. **Risco de taxa de juros:** O empréstimo contratado junto à Caixa Econômica Federal foi tomado em Taxas de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescido de 3,40% ao ano onde o valor atual se aproxima do valor justo do financiamento. As aplicações financeiras da Companhia têm liquidez diária atrelada à variação do CDI, minimizando a variação de valor justo. **(ii) Risco de crédito:** Parte substancial das vendas da Companhia, é feita para contrapartes que tem seu crédito analisado através de normas pré-estabelecidas pela Companhia. Tais normas estabelecem os limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável. **Exposição a riscos de crédito:** A Companhia aplica seu caixa somente em "instituições financeiras aceitáveis", sendo definida como uma "instituição financeira aceitável": • **Se nacional:** um banco comercial constituído de acordo com as leis do Brasil, cujo ativo total seja superior a R$ 2.000.000.000 (dois bilhões de reais) e classificação de crédito conforme descrito abaixo no item "Classificação aceitável"; • **Se estrangeira:** um banco comercial constituído de acordo com as leis de qualquer país membro da União Europeia ou dos Estados Unidos da América, cujo ativo total seja superior a USD$ 1.000.000.000 (um bilhão de dólares) e classificação conforme descrito abaixo no item "classificação aceitável". Onde, a classificação aceitável significa, com relação a uma instituição financeira, uma classificação de crédito "A" ou melhor concedida pela S&P e de "A2" ou melhor concedida pela Moody's" em relação à dívida de longo prazo. **(iii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos com o seu fluxo de recebimento ou de disponibilidade de recursos. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir níveis aceitáveis de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais de mercado e sem o risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Tesouraria. Os excedentes de caixa são investidos em depósitos de curto prazo sempre com liquidez imediata (Nota nº 5). **4.2. Gestão de capital**: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraindo do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser assim sumariados:

	2019	**2018**
Total dos financiamentos (Nota nº 12)	**2.300.123**	**2.188.492**
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 5)	(14.192)	(27.641)
Dívida líquida	**2.285.931**	**2.160.851**
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**(1.032.338)**	**(800.509)**
Total do capital próprio e de terceiros	**1.253.593**	**1.360.342**
Índice de alavancagem financeira - %	182,35	158,8

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	**2018**
Caixa e bancos	10.126	20.370
Aplicações financeiras **(i)**	4.066	7.271
	14.192	**27.641**

A Companhia considera como equivalentes de caixa, os saldos de caixa, bancos, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras com vencimento original em até 90 dias. **(i)** As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas e são remuneradas à taxa de mercado sempre em percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O Rendimento médio das aplicações financeiras no ano de 2019 foi de 0,67% e em 2018 de 0,65%.

6. Contas a receber

	2019	**2018**
Mercado interno	24.599	27.562
Mercado externo	22.001	24.919
	46.600	**52.481**
(-) Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.743)	(1.166)
Total líquido	**44.857**	**51.315**

Composição do saldo por prazo de vencimento das contas a receber em 31 de dezembro de 2019:

A vencer	28.749
Vencidas até 30 dias	11.165
Vencidas de 31 até 60 dias	1.337
Vencidas de 61 até 90 dias	944
Vencidas de 91 até 180 dias	2.662
Vencidas maior que 181 dias	1.743
	46.600

7. Tributos a recuperar

	2019	**2018**
Imposto de renda	7.072	7.156
Cofins	14.526	14.875
PIS	3.308	3.244
Outras Contribuições	-	3
Circulante	**24.906**	**25.278**
Cofins	28.783	33.979
PIS	6.367	7.399
Não circulante	**35.150**	**41.378**
	60.056	**66.656**

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte natureza: A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu o crédito tributário sobre o benefício fiscal do ágio decorrente da incorporação reversa de sua até então Controladora, Coimex Investimentos Portuários S.A. (CIP) e Hostens Holdings S.A. A Companhia reconheceu também crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido de sua ex-controladora "Odebrecht TransPort Participações S.A." nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável a "OTPP".

	2019	**2018**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	1.014.375	1.014.375
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(669.487)	(669.487)
Total do benefício fiscal	**344.888**	**344.888**
(-) Amortização do ágio	(215.554)	(181.066)
	129.334	**163.822**

A Companhia adotou os preceitos do ICPC 09, apresentando o valor dos ágios deduzidos da "provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido". A Companhia constituiu essa provisão no montante da diferença entre o valor dos ágios e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que os ágios vão sendo amortizados, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que os ágios são amortizados, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais.

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2019	**2018**
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo		
Prejuízo fiscal/base negativa CSLL	(49.451)	(49.451)
Ativo diferido de despesas pré-operacionais	3.810	3.810
Variação cambial	7.441	7.441
Outras diferenças temporárias	8.046	8.046
	(30.154)	**(30.154)**
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo		
Exclusão temporária da provisão sobre contas a receber	(524)	(524)
Outras diferenças temporárias	(311)	(311)
	(835)	**(835)**
	(30.989)	**(30.989)**
Saldo benefício fiscal do ágio	**129.334**	**163.822**
Imposto de renda e contribuição social diferido total	**98.345**	**132.833**

(b) Projeção para a realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ano	**Realização**
2023	4.346
2024	19.768
2025	25.190
2026	33.370
2027	15.671
	98.345

(c) Reconciliação da taxa efetiva

	2019	**2018**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(223.299)	(339.395)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal (34%)	75.922	115.394
Prejuízo fiscal não constituído	(75.922)	(115.394)
Outros	34.489	34.490
Reversão do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(34.489)	(34.490)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(34.489)**	**(34.490)**

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2019 Líquido	2018 Líquido
Terrenos		12.539	-	**12.539**	**12.539**
Edificações	2%	66.441	(14.652)	**51.789**	**53.060**
Instalações	20% - 2%	1.384.027	(389.035)	**994.992**	**989.209**
Máquinas e equipamentos	20% - 3,33%	223.638	(72.081)	**151.557**	**159.829**
Móveis e utensílios	10%	2.735	(1.583)	**1.152**	**1.317**
Equipamentos de comunicação	10%	431	(251)	**180**	**153**
Computadores e periféricos	20%	18.195	(15.323)	**2.872**	**2.590**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	790	(630)	**160**	**136**
Segurança patrimonial	10%	7.520	(3.434)	**4.086**	**4.361**
Obras em andamento **(i)**		20.223	-	**20.223**	**32.599**
		1.736.539	**(496.989)**	**1.239.550**	**1.255.793**

(i) A composição de obras em andamento consiste nos custos incorridos nas obras civis para melhoramentos das instalações e suporte de novas operações, cujo saldo está composto da seguinte forma:

	2019	**2018**
Obras civis	19.623	32.195
Outros custos	587	70
Equipamentos e Software	13	334
	20.223	**32.599**

A Companhia assinou, em 15 de janeiro de 2007, termo de compromisso com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), objetivando o cumprimento da compensação ambiental pela implantação do terminal portuário.

(a) Movimentação

	2019	**2018**
Saldo no início do exercício	**1.255.793**	**1.273.987**
(+) Adições	21.382	32.336
(-) Depreciação	(37.625)	(50.530)
Saldo no final do exercício	**1.239.550**	**1.255.793**

10. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	2019 Líquido	2018 Líquido
Software **(i)**	20%	39.089	(27.213)	**11.876**	**11.719**
Licença de instalação **(ii)**	20%	24.915	(22.279)	**2.636**	**2.678**
Patentes e marcas registradas	-	3.237	(631)	**2.606**	**3.189**
		67.241	**(50.123)**	**17.118**	**17.586**

(i) Referem-se aos gastos com obtenção de softwares para computadores, não vinculado a nenhum elemento que possua substância física. **(ii)** Referem-se aos gastos para a obtenção da licença de operação. Essas licenças são condicionantes para que sejam realizados os processos de instalação do Terminal Portuário. A Companhia vem amortizando essas licenças desde julho de 2013.

a) Movimentação

	2019	**2018**
Saldo no início do exercício	**17.586**	**16.756**
(+) Adições	5.241	6.740
(-) Amortização	(5.709)	(5.910)
Saldo no final do exercício	**17.118**	**17.586**

11. Fornecedores

	2019	**2018**
Consultoria operacional - DP World (Nota nº 13)	66.897	55.422
Serviços	69.265	54.209
Materiais de manutenção e segurança	17.536	18.561
Equipamentos (compra de porteiners e transteiner)	2.452	2.244
Outros	249	185
	156.399	**130.621**

12. Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros anuais	**2019**	**2018**
BID	V.C + 2%	2.480	2.496
BNDES	TJLP + 3,40%	3.033	2.951
Custo a amortizar **(i)**	-	(239)	(247)
Passivo circulante	-	**5.274**	**5.200**
BID	V.C + 2%	1.042.104	999.239
BNDES	TJLP + 3,40%	845.725	843.138
Custo a amortizar **(i)**	-	(81.767)	(87.650)
Mútuo - DP World Brazil BV (Nota no 13)	-	488.787	428.565
Passivo não circulante	**-**	**2.294.849**	**2.183.292**
Total de financiamentos	**-**	**2.300.123**	**2.188.492**

(i) O custo incorrido nas captações, no montante de R$ 82.006, está sendo apropriado em função da fluência do prazo, com base no método linear durante a vigência da operação. Em 26 de setembro de 2011, foi firmado financiamento de longo prazo entre a Companhia e a Caixa, mediante repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de até R$ 614.477. Esse montante está sujeito aos encargos anuais de TJLP + 3,40% a.a. Em 18 de novembro de 2011, foi firmado financiamento de longo prazo entre a Companhia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até USD 401.118 mil. Esse montante está sujeito aos encargos anuais de Libor 6m + 3,375% ("*A Loan*") e Libor 6m + 3% ("*B Loan*") no prazo de 60 meses, após esse período há alteração nos encargos anuais para Libor 6m + 3,875% ("*A Loan*) e Libor 6m + 3,5% ("*B Loan*"). Em 2017, a Companhia realizou a reestruturação da dívida junto aos agentes financiadores. A nova composição da dívida ficou da seguinte forma: No financiamento de longo prazo entre a Companhia e a Caixa, mediante repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a dívida foi alongada passando seu vencimento de 15/12/2026 para 15/11/2032. O prazo de carência do principal foi prorrogado para 15/10/2021 e o valor do principal foi ajustado devido à penalidade pelas parcelas não pagas em 16/11/2017 para o montante total de R$ 836.360. No Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a dívida foi alongada passando o vencimento do *A Loan* em 15/05/2026 e *B Loan* em 15/05/2023 para 15/11/2032. Houve mudança na taxa de juros de flutuante (Libor 6m + *Spread*) para taxa fixa de 2% a.a., com a extensão do prazo de carência do principal para 15/05/2022. Em adição as dívidas acima citadas, a Companhia recebeu um empréstimo de Mútuo com seu acionista em 27/11/2017 no valor de US$ 100.000 a taxa de juros de 9,39% a.a., nos primeiros 05 anos baixando para 8% a.a. no restante da dívida. Os *covenants* existentes após a reestruturação são: o de índice de cobertura do serviço da dívida (*debt service coverage ratio*), o índice de cobertura da dívida projetada (*projected debt service coverage ratio*) e Dívida líquida pelo LAJIDA (*net debt to EBITDA ratio*). A Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas "*covenant*" em 31/12/2019.

13. Saldos e transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou o montante de R$ 66.897 (2018 - R$ 55.422), referente à provisão para cumprimento do contrato *Service Support Agreement* (SSA), firmado junto à DP World Brazil B.V. por conta da operação do terminal (Nota nº 11). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia também apresentou um saldo de mútuo de R$ 488.787 com a DP World Brazil BV (Nota nº 12). A Companhia ainda possui um saldo a receber no valor de R$ 491 referente aos projetos solicitados por partes relacionadas. O valor pago em 2019 com remuneração para a Administração foi de R$ 2.951 (R$ 3.795 em 2018).

14. Patrimônio líquido: **(a) Capital social**: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é composto de 311.357 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal assim distribuídas:

	Número de ações	
Acionistas	**2019**	**2018**
DP World Brazil B.V.	311.357	285.398
Outros	-	-
	311.357	**285.398**

As ações têm valor nominal de R$ 1,00. **(b) Reserva de capital - reserva especial de ágio na incorporação:** Constituída tendo como base a parcela líquida da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido do ágio relativa às operações de incorporação dos acervos líquidos da Hostens, da Coimex e da Odebrecht Transport Participações (OTPP). **(c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(d) Dividendos:** São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e estatuto da Companhia.

15. Provisão para contingência

	2019	**2018**
Trabalhista	2.205	1.275
Cível	131	143
Outras	5	5
	2.341	**1.423**

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía ações de natureza cível, trabalhista, fiscal e outras, envolvendo risco de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não provisionadas no balanço, conforme demonstrado abaixo.

	2019	**2018**
Fiscal	211.315	113.861
Cível	60.727	53
Trabalhista	11.323	562
Outras	15.582	15.074
	298.947	**129.550**

16. Receita líquida dos serviços prestados: A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2019	**2018**
Venda bruta de serviços	327.265	350.181
Impostos sobre venda	(46.500)	(38.978)
	280.765	**311.203**

17. Custo dos serviços prestados

	2019	**2018**
Salários, encargos e benefícios	(90.788)	(70.281)
Depreciações e amortizações	(36.748)	(50.163)
Outros	(29.035)	(30.882)
Mão de obra avulsa/taxas portuárias	(22.498)	(40.097)
Custo com equipamentos	(20.873)	(16.643)
Energia elétrica	(3.672)	(3.401)
Seguros	(1.390)	(1.092)
	(205.004)	**(212.559)**

18. Despesas gerais e administrativas

	2019	**2018**
Salários, encargos e benefícios	(21.892)	(19.419)
Consultorias	(15.153)	(12.556)
Serviços contratados	(12.103)	(10.451)
Despesas gerais	(6.706)	(9.601)
Depreciações e amortizações	(6.586)	(6.281)
Tributos	(5.710)	(5.385)
Materiais diversos	(3.776)	(3.112)
Seguros	(1.411)	(1.351)
	(73.337)	**(68.156)**

19. Receitas e despesas financeiras

	2019	**2018**
Receitas financeiras		
Receita aplicação financeira	762	1.058
Variações cambiais ativas	363.164	282.675
Outros	1.747	546
	365.673	**284.279**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(146.457)	(139.371)
Variações cambiais passivas	(426.800)	(501.372)
Outros	(18.139)	(13.419)
	(591.396)	**(654.162)**
Despesas financeiras, líquidas	**(225.723)**	**(369.883)**

A variação cambial negativa é resultado da desvalorização do real frente ao dólar, o que gerou uma despesa proveniente dos saldos a pagar dos empréstimos contratados em moeda estrangeira (dólar) bem como saldo a pagar de fornecedores no exterior.

20. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	**Vigência até**	**Cobertura**
Responsabilidade civil dos conselheiros, diretores e administradores (D&O)	30/06/2020	R$ 30.000
Operador portuário - Danos físicos a coisas móveis e imóveis (*Property*)	29/09/2020	USD 364.912
Operador portuário - Responsabilidade civil	13/10/2020	USD 50.000

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

Dallas Carlyle Hampton - Diretor Presidente

Fernando de Gouveia Tortorello - Diretor

Alberto Carlos Machado Pedreira - Contador - CRC BA-020807/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Embraport - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. Santos - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Embraport - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Embraport - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 e para as demonstrações contábeis, as quais indicam que a Companhia apresenta prejuízos líquidos e diminuição de caixa e equivalnetes de caixa recorrentes e, em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante da Companhia excedia o total do ativo circulante em R$ 128.603 mil (R$ 65.345 mil em 31 de dezembro de 2018), patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto de R$ 1.032.338 mil e, nesta data, a Companhia apresenta alto índice de alavancagem 172,8%. Adicionalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa no 1 às demonstrações contábeis, a Administração da Companhia está implementando ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia, buscando retomar a lucratividade e geração de fluxo de caixa por meio do fortalecimento da estratégia de busca por novos clientes, tanto armadores como donos de carga (importadores e exportadores), diversificação de cargas e serviços, melhorar a eficiência do terminal reduzindo custo e buscar novos parceiros para utilização de área disponível dentro do terminal. A eventual não confirmação das ações, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, indicam a existência de incerteza relevante com a continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis : Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre e eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2020

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7